

a dos Jesuítas, Camilos e esses mal-conhecidos eremitas “Monges de Pegos Verdes”. Surpreendentemente, Silves, a primeira e mais decantada sede episcopal medievo do Reino, não conta nenhuma fundação medieval, como ainda estranha é a ausência do hábito dominicano destas terras ou a perturbadora fundação cisterciense de Nossa Senhora da Piedade de Tavira (1509), decerto obtida pelo apoio real à causa, mas sempre difícil de gerir pelas estruturas masculinas da Ordem e da Congregação de Alcobaça, que facilmente transferiram para os Ordinários algarvios o exercício jurisdicional e visitacional sobre esta clausura.

O passado medieval do Algarve e a sua íntima convivência com a cultura e as heranças muçulmanas deveria justificar uma maior celeridade e empenho pela fixação de casas de Ordens proselitistas, mormente de frades pregadores, o que não se verificou, ou, quando acontece, como sucederá com os trinitários, em quadro de grandes hesitações e de fixação bastante tardia. O domínio e jurisdição das Ordens Militares, que não finda com a medievalidade, não parece perturbar o surto moderno monástico algarvio, sem que possa ser causa essencial da débil presença claustral neste espaço antes de 1500. Eventualmente, a questão deve olhar-se no quadro de uma pluralidade de centros de decisão em que avulta, pelo seu carácter epicêntrico, a dos diferentes poderes episcopais e capitulares, naturalmente, que foram passando por Silves e, depois, por Faro.

Numa obra que se propõe mais ao domínio do património histórico-monumental, do que no alinhamento do histórico-monástico, não poderemos solicitar informação mais pormenorizada ou substantiva acerca de activos populacionais ou quadros prosopográficos de prelaturas e comunidades conventuais. Certo é, contudo, que a arqueologia dos complexos edificadas nos apontará indícios demográficos significativos acerca das comunidades que neles habitaram, elucidando, ainda, os níveis de convivência e comunicação entre agentes humanos endógenos e exógenos aos mosteiros (o edificado de uma clausura feminina ou mesmo masculina devotada à oração, não incorpora funcionalidades exigíveis em estruturas vocacionadas, por exemplo, para o ensino e a recepção de públicos sazonais exteriores aos hábitos dos professos claustrais), para além da evidência dos níveis de riqueza atingidos por cada núcleo regular.

Esta obra, de evidente postura pedagógica para públicos plurifacetados, oferece-se como um modelo metodologicamente a seguir nos estudos de outras redes monásticas portuguesas, os quais, fundamentalmente, devem respeitar a fronteira eclesiástica diocesana ou, sem dispensa dessa, atender às cartografias próprias das Ordens Regulares que, até Oitocentos, existiram em Portugal e de cuja presença, um pouco por todo o lado, se encontram heranças e testemunhos patrimoniais verdadeira e surpreendentemente edificantes.

Saul António Gomes

*MATER Misericordiae: simbolismo e representação da Virgem da Misericórdia.* Coord. Nuno Vassallo e Silva. Lisboa: Santa Casa da Misericórdia de Lisboa - Museu de São Roque; Livros Horizonte, 1995. 112 p.

Neste livro, édito no contexto das comemorações que marcaram os 500 anos do movimento fundacional das Misericórdias portuguesas, cujo epicentro foi protagonizado, como é bem conhecido, pela Santa Casa de Lisboa, reúnem-se diversos estudos que reflectem, com originalidade de investigação e de perspectivas de leitura, a história e o património cultural próprio das Misericórdias do País no seu longo devir histórico.

Integrando-se nas iniciativas culturais promovidas, em devido tempo, pelo Museu de São Roque, a obra em causa privilegia a reflexão historiográfica em torno do eixo iconográfico da Virgem da Misericórdia, dentro e fora de Portugal, seja no campo da pintura e da imaginária sacra, seja no domínio da edição do livro antigo próprio desta temática, seja, finalmente, no território simbólico e vexilológico ou emblemático.

Coordenado por Nuno Vassallo e Silva, o livro abre com um longo e aprofundado estudo de Joaquim Oliveira Caetano, intitulado “Sob o Manto protector – Para uma Iconografia da Virgem da Misericórdia” (p. 14-51), sucedendo-lhe o minucioso trabalho de Francisco G. Cunha Leão, “As edições quinhentistas dos Compromissos da Misericórdia de Lisboa” (p. 52-67), seguido pelo balanço de Teresa Freitas Morna em que avalia a presença de “Nossa Senhora da Misericórdia na Escultura da Renascença Coimbrã” (p. 68-85), após o que se conclui com uma abordagem nova do problema da “Bandeira processional de Nossa Senhora da Misericórdia na vida portuguesa. Testemunhos de tradição e valor” (p. 86-105). Um bibliografia geral encerra o volume.

Profusamente ilustrada, privilegiando a cor, este livro constitui, ainda, um significativo álbum iconográfico da arte sacra portuguesa relativa à Virgem da Misericórdia, constituindo um travejamento de referência, como hoje sabemos, para outros trabalhos posteriormente organizados e devidamente publicados<sup>1</sup>. No extenso e denso ciclo comemorativo do meio milénio das Misericórdias lusitanas, em boa parte, cremos, motivado pelo fervor com que, entre finais da década de 1980 e o ano 2000 se comemoraram os Descobrimentos Portugueses, privilegiaram-se exposições e livros de impacto sobretudo local. Reeditaram-se, também, obras clássicas da historiografia das Misericórdias e promoveram-se estudos e investigações, quer no estrado universitário, quer no térreo de instituições privadas relacionadas com este universo, muitas das quais conheceriam edição e distribuição seja em revistas especializadas, seja como obras monográficas autónomas, dentre as quais se justifica mencionar, pela sua dimensão e significado maior, o luxuoso volume da revista *Oceanos*, nº 35, “*Misericórdias – Cinco Séculos*”, de 1998, e os volumes de *Portugaliae Monumenta Misericordiarum* (Dir. José Pedro Matos Paiva), sob a chancela da União das Misericórdias Portuguesas e do Centro de Estudos de História Religiosa da Universidade Católica Portuguesa, cujo sexto volume sai a público com data de 2007.

No livro em apreço, privilegia-se essencialmente a análise histórico-artística, ainda que, em muitas destas páginas se pressinta a ausência de bases de investigação preexistentes, sobretudo cronológicas, de autoria e de crítica de proveniência das peças, que permitam, pela sua solidez, avançar mais na interpretação ensaística e interpretativa dos problemas artísticos realmente pertinentes.

A questão das origens leonorinas das Misericórdias é sedutora e uma permanência inevitável neste universo historiográfico. Justificar-se-ia, cremos, um estudo de base mais histórica e espiritual acerca das origens da devoção à Virgem protectora, à “Virgem do manto”, na tradição teológica mediterrânica medieval, em geral, e particularmente na ocidental. A Casa de Bragança, em Portugal — como, ainda, a de Coimbra, protagonizada pelo estrangeirado Infante das Sete Partidas, D. Pedro, o fundador da comunidade dominicana do Convento da Misericórdia de Aveiro, alfobre de respeitáveis intelectuais pregadores

---

<sup>1</sup> V. g., a obra de Natália Correia Guedes (Coord), Alexandre Arménio Tojal e Paulo Campos Pinto, *Bandeiras das Misericórdias*. Lisboa: Comissão para as Comemorações dos 500 anos das Misericórdias, Lisboa, 2002.

dentre 1450 e 1550 —, parece desempenhar um importante papel na propalação de devoções marianas inovadoras no Reino de Portugal, especialmente em Quatrocentos, como se poderá avaliar pelo apoio concedido a Ordens de pouca ou tímida integração no País (Carmelitas, Lóios, movimentos eremíticos), ou pelo apoio que concede ao alastrar de devoções como as da Virgem da Orada ou a de Santa Maria da Misericórdia, dedicação da Colegiada que D. Afonso, IV Conde de Ourém, reforma e refunda na vila sede do seu condado. Assoma, ainda, a tradição cisterciense, nomeadamente a alcobacense, muito tocada, em Quatrocentos, pela sensibilidade devocional a um Cristo misericordioso, conforme os textos de Mário Martins nos revelaram. As pistas deixadas por Jean Delumeau em torno da religiosidade tardo-medieval europeia, necessitariam de alargamento e de aprofundamento junto de outros autores mendicantes, mas não apenas estes, devendo atentar-se, muito em especial, nos autores que maior êxito conheceram por parte dos editores tipográficos que pulularam na Europa desde cerca de 1450, com especial intensidade, para o sucesso de edições de temática pietista mariana.

Importante contributo para o conhecimento da memória iconográfica dos mistérios marianos na cultura religiosa portuguesa de há quinhentos anos, este livro renova e acrescenta conhecimentos, actualizando anteriores estudos nesta área de reflexão <sup>2</sup> e abrindo, como escrevemos, perspectivas de trabalho seguramente fecundas. A sua leitura, mais de dez anos depois da sua publicação, permanece suficientemente motivadora para merecer o apontamento que lhe dedicamos neste volume da *Lusitania Sacra*.

Saul António Gomes

PEREIRA, António Nunes – *A arquitectura religiosa cristã de Velha Goa: segunda metade do século XVI, primeiras décadas do século XVII*. Lisboa: Fundação Oriente, 2005. 486 p.

Durante os séculos XVI, XVII e XVIII, mais de uma centena de igrejas foram construídas nos territórios de Goa, marcando de forma incontornável a sua paisagem urbana e rural. Para além de espaços devocionais, estes edifícios desempenharam um papel importante na territorialização do poder imperial português, implantado naqueles lugares entre 1510 e 1961. Não só foram os principais veículos de uma determinada matriz cultural, enquanto espaços devocionais e de estabelecimento de novas solidariedades sociais, como se constituíram – para utilizar a expressão cunhada por Patrícia Seed – como *sinais de posse*. Para além destas múltiplas funções (políticas, sociais, culturais), às quais outras podiam ser facilmente acrescentadas, sobretudo atendendo ao poder que as instituições religiosas tinham na época moderna – ainda maior no império do que no reino –, boa parte destes templos

---

<sup>2</sup> Entre eles sobressaem as importantes obras *Imagens de Nossa Senhora: algumas esculturas do séc. XIV ao XVIII existentes no Porto*. Porto: Gabinete de História da Cidade, 1954, com estudos de João da Costa Lima (“Fontes de inspiração literária e plástica no tema da assunção da Virgem” e de José António Ferreira de Almeida, “A Virgem com o Menino na Arte Antiga e Medieval”, p. 19-36 e 37 a 70, respectivamente) e *A Virgem e Portugal* (Dir. Fernando de Castro Pires de Lima), 2 vols., Porto, Edições Ouro, 1967.